

O ataque estratégico do neoliberalismo à educação e as ameaças ao ensino de filosofia

Neoliberalism's strategic attack on education
and threats to philosophy teaching

Elivanda de Oliveira Silva

<https://orcid.org/0000-0001-8688-9709> – E-mail: elivandaos@gmail.com

RESUMO

O objetivo do artigo é discutir sobre o modelo de educação neoliberal vigente no Brasil e seu impacto no ensino de filosofia e na formação das novas gerações. Para tanto, em um primeiro momento, a discussão será centrada em discutir a proposta de mercantilização da educação alçada pela lógica neoliberal e os prejuízos dessa vertente para o ensino de filosofia. Contrapondo ao modelo neoliberal de educação, em um segundo momento do texto, a discussão centra-se em explorar os caminhos que podem ser construídos para responder as interferences do capital na educação e promover uma educação democrática e emancipadora, que pensa a formação, o ensino e o ato educativo a partir de uma pluralidade ético-político-social.

Palavra-chaves: Ensino de filosofia. Educação neoliberal. Educação democrática. Ato educativo.

ABSTRACT

This article examines the current neoliberal education model in Brazil and its impact on the teaching of philosophy and the formation of the new generations. To this end, the discussion focuses on the commodification of education promoted by neoliberal logic and the detrimental effects of this approach on the teaching of philosophy. In contrast to this neoliberal model of education, the text explores possible ways to address the interference of capital in education

and promote a democratic and emancipatory education that considers training, teaching, and the educational act from an ethical, political, and social plurality.

Keywords: Philosophy teaching. Neoliberal education. Democratic education. Educational act.

Introdução

Este artigo surge a partir das minhas reflexões, vivências, perspectivas e atuação como professora de filosofia no ensino médio na escola pública. No Brasil ser professora de filosofia na educação básica é, antes de tudo, um ato de luta, principalmente em tempos em que a filosofia sofre golpes e ameaças de toda ordem em razão da lógica neoliberal que transformou a educação em mercadoria e que insiste em desqualificar o saber filosófico, buscando a todo custo destituí-lo de sua importância para a formação e promoção de um repertório cultural dos estudantes.

Essa desqualificação ocorre de modos diversos, a qual nem sempre é claro à primeira vista, pois o discurso neoliberal tende a ser falseador da realidade desfocando os campos de interesse com soluções que são apresentadas como robustas e inovadoras. O discurso é o de que a escola está em crise, e que é necessária uma ampla reforma que atenda aos anseios da juventude e dos estudantes. Assim é necessário um ensino competitivo, arrojado, flexível e inovador, no qual os estudantes possam escolher o que estudar de acordo com suas necessidades. A educação transformada em um *fast-food*. Mas na prática, o resultado é o avanço das desigualdades epistêmicas e sociais, pois os recursos e as condições que garantem a aprendizagem e a democratização do conhecimento não são viabilizados para toda a comunidade escolar, especialmente os grupos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, a exemplo dos jovens com deficiências, estudantes negros e periféricos, quilombolas, quebra-deiras de coco, povos indígenas e meninas que gestão em período escolar.

O ataque do neoliberalismo à educação e as ameaças ao ensino de filosofia impactam diretamente o trabalho docente, a permanência dos estudantes na escola e dos profissionais da educação no magistério, especialmente os que estão no chão da escola – professoras e professores – que sentem nas veias as dificuldades que é lecionar em tempos que, para continuar, é necessário manter-se de “punho cerrado”, como gesto de luta e resistência contra as opressões, violações de direitos e os descasos com a educação e o ensino de filosofia.

Diante dessa conjuntura, propomos uma discussão que tem como objetivo compreender as estratégias neoliberais que estão mudando o rosto da educação no país. Para tanto, o artigo está constituído de dois movimentos. No primeiro polo hermenêutico, a reflexão centra-se no cotejo dos elementos que fundamentam o neoliberalismo, para em seguida explorar os pontos que mostram como esse sistema se apropria da educação, minando-a de todo o seu potencial transformador. Em uma segunda parte, exploraremos os caminhos de construção de uma educação democrática que, ao apostar na luta e solidariedade coletivas, detenha o neoliberalismo.

O que é uma educação neoliberal e porque ela ameaça o ensino de filosofia?

Iniciemos esta seção com algumas questões que foram suscitadas durante todo o processo investigativo de produção do texto e a partir do confronto de ideias com meus colegas

de profissão e com meus alunos e alunas: qual a gênese do neoliberalismo? Como ele se constituiu historicamente? Como ele funciona? Quais as suas reais motivações? Por que a educação o interessa? Esses questionamentos são o ponto de partida dessa seção para esclarecer algumas confusões e respostas simples que, comumente, são levantadas quando se discute sobre a natureza e os fundamentos do neoliberalismo.

Pierre Dardot e Christian Laval em *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal* apresentam uma reflexão instigante do neoliberalismo, esclarecendo que, muito além de um sistema econômico ou ideológico, trata-se, na verdade, de uma nova racionalidade de mundo, que estrutura, organiza, e controla as relações sociais do ponto de vista da lógica do capital: “o neoliberalismo não é apenas uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência no mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as esferas da vida” (Dardot; Laval, 2016, p. 7). Um pouco mais a frente da obra, eles complementam esta tese: o neoliberalismo, “é fundamentalmente uma *racionalidade* e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (Dardot; Laval, 2016, p. 17). E finalizando, os autores arrematam, afirmado que o neoliberalismo “é o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (Dardot; Laval, 2016, p. 17).

Influenciado pela filosofia de Foucault, os autores estabelecem uma genealogia do neoliberalismo para explicitar, por um lado, que não se trata de uma simples continuidade do liberalismo clássico do século XVIII, isto é, não é uma reabilitação pura e simples do *laissez-faire*, do mesmo modo que não é seu extravio nem sua traição, e, por outro lado, problematizam-no a partir de teorias que o reduzem exclusivamente à programas econômicos. Para os autores, estamos diante de uma racionalidade governamental, a qual pode ser caracterizada precisamente como “o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, deste o Estado até o mais íntimo da subjetividade” (Dardot; Laval, 2016, p. 34).

Como atividade e técnica governamental que dirige a conduta dos seres humanos, controla e cria subjetividades com os instrumentos do Estado, é enganoso acreditarmos que a motivação principal do Neoliberalismo seja a destruição planejada dos direitos e instituições para a manutenção de interesses da elite dominante e das grandes corporações financeiras. Embora, isso seja parte da história, sua extensão e energia operam a partir de ações e estratégias que captura a forma da nossa existência, para que nos comportemos não somente como um *homo economicus*, movido pela competitividade, mas como um sujeito de desempenho, um empreendedor de si mesmo.

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também produz certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a forma de nossa existência, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. O neoliberalismo define certa norma de vida nas sociedades ocidentais e, para além dela, em todas as sociedades que as seguem no caminho da “modernidade”. Essa norma impõe a cada um de nós que vivemos num universo de competição generalizada, intima os assalariados e as populações a entrar em luta econômica uns contra os outros, ordena as relações sociais segundo o modelo de mercado, obriga a justificar desigualdades cada vez mais profundas, muda até o indivíduo, que é instalado a conceber a si mesmo e a comportar-se como uma empresa (Dardot; Laval, 2016, p. 34).

Em *A escola não é uma empresa*, Christian Laval pontua que os princípios dessa lógica normativa global (mercado, privatização, inovação, gerenciamento, recursos privados, capitalização, sucesso, eficiência, desempenho, competitividade, meritocracia, flexibilização, demandas, parcerias) adentraram de vez ao mundo da escola e da educação transformando radicalmente a cultura educacional, os valores e os saberes. Ora, se todas as instituições e esferas da vida importam para as estratégias de funcionamento e gestão do neoliberalismo, a escola e as instituições educacionais não ficariam ao largo dos seus propósitos, até porque os pilares que fundamentam a instituição escolar se chocam com os princípios dessa racionalidade governamental, portanto, é necessário capturá-la para conduzi-la conforme os princípios dessa racionalidade política.

Mas no que consiste uma educação neoliberal? Sem delongas, podemos dizer que uma educação neoliberal é aquela que transforma a escola e o ensino em mercadoria. E os alunos e suas famílias são a clientela indispensável para que esse negócio tenha êxito e alcance sucesso. Nas palavras de Christian Laval:

A escola neoliberal designa um certo modelo escolar que considera a educação como um bem essencialmente privado e cujo valor é, antes de tudo, económico. Não é a sociedade que garante a todos os seus membros um direito à cultura, são os indivíduos que devem capitalizar recursos privados cujo rendimento futuro será garantido pela sociedade. Essa privatização é um fenómeno que afeta tanto o sentido do saber, as instituições transmissoras dos valores e dos conhecimentos quanto as próprias relações sociais (Laval, 2019, p. 11-12).

A educação, ao ser transformada em mercadoria, precisa de uma retórica contundente que justifique a sua “mercadorização” pela lógica normativa neoliberal. Nesse processo de “se-dução” dos pais e familiares, o neoliberalismo apresentará fórmulas mágicas que são a solução para a crise da escola e a cura de problemas educacionais. Porém, como os desafios e as dificuldades que envolvem a educação são sistêmicos e perpassam os âmbitos políticos, sociais, culturais, do direito e a própria história dos sujeitos envolvidos no ato educativo, o que o neoliberalismo faz é usar dessas fragilidades para se fortalecer.

A força do novo modelo e a razão pela qual ele pouco a pouco se impõe, referem-se precisamente à forma como o neoliberalismo se apresenta à escola e ao resto da sociedade, como a solução ideal e universal a todas as contradições e disfunções, enquanto na verdade esse remédio alimenta o mal que ele supostamente cura (Laval, 2019, p. 16).

O neoliberalismo escolar aumentou significativamente as desigualdades e opressões das classes sociais provocando um esforço descomunal das familiais para que seus filhos estudem nas escolas com os melhores rankings, mesmo que às custas de endividamento e da financeirização. É a lógica da concorrência, do individualismo, da competição conduzida para o interior da escola. É exatamente por esse motivo que essa lógica governamental não pode se “restringir ao fenômeno econômico de mercantilização da escola, mas estender-se à lógica social de ‘mercadorização’ da escola pública, que está ligada à luta generalizada das classes sociais dentro do mercado escolar e universitário” (Laval, 2019, p. 13-14).

Educação democrática: resposta as ameaças do neoliberalismo

Uma educação democrática é uma educação em que os sujeitos envolvidos no ato educativo estão preocupados com o mundo, pois “a educação é o ponto em que decidimos se

amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele” e pelas novas gerações (Arendt, 2005, p. 247). É assim que a filósofa Hannah Arendt termina um ensaio em que ela escreveu em 1958 sobre a crise da educação que acometeu o mundo moderno e que tem como eixo a defesa de um projeto de ensino tecnocrático que revelou sua face radical na perda da autoridade por pais e professores.

Neste ensaio, intitulado “Crise da educação”, que consta no livro *Entre o passado e o futuro*, Arendt estabelece severas críticas ao modelo de educação deweyano que, segundo a autora, foi responsável pela crise da educação que assolou o mundo moderno, especialmente nos Estados Unidos. O escolanovismo pragmático, cujo representante principal é o filósofo norte americano John Dewey, tem como eixo um ensino voltado para a resolução de problemas, uma aprendizagem com foco no aprender-fazer, e em experiências práticas cujo mote é o treinamento para a resolução de problemas. São esses aspectos que Arendt critica ao afirmar que o pragmatismo tem como pressuposto básico o “de que só é possível compreender e conhecer aquilo que nós mesmos fizemos”, sentenciando que “sua aplicação à educação é tão primária quanto óbvia: consiste em substituir na medida do possível o aprendizado pelo fazer” (Arendt, 2005, p. 232). Em outras palavras, a noção de aprendizagem ativa de John Dewey, ao valorizar o saber-fazer, o operacional, o aspecto técnico em detrimento de conhecimentos teóricos, promoveu uma crise radical na educação, pois “a intenção consciente não era de ensinar conhecimentos, mas sim de inculcar uma habilidade”. Em resumo, denuncia Arendt, “o resultado foi uma espécie de transformação de instituições de ensino em instituições vocacionais” (Arendt, 2005, p. 232).

Ao contrário dos pressupostos que fundamentam uma educação neoliberal, o processo educativo que deve nos interessar é aquele que se atreve a aguçar o pensamento dos estudantes e dos próprios docentes. Uma vez que “não seria admissível nem um ensinar nem um filosofar diante dos quais os próprios professores fossem mediadores passivos ou do qual se sentissem alheios” (Cerletti, 2009, p. 86). Ou seja, “aqueles que ensinam filosofia nunca poderiam ser simples técnicos que apenas aplicam receitas ideadas por especialistas” (Cerletti, 2009, p. 86). Portanto, “se a um professor não lhe importa o pensar de seus alunos o que ele faz é exercitar um monólogo do qual eles estão excluídos” (Cerletti, 2000, p. 86).

Para Arendt, a autoridade da professora e do professor consiste exatamente em apresentar o mundo aos estudantes por meio de um convite para pensá-lo na sua grandeza e estranheza, sem que sua tarefa seja confundida com qualquer paternalismo ou a defesa de uma educação tecnicista. Esse processo não pode ser realizado quando gestores, estudantes, professores ou pais comprehendem a educação como mercadoria, e o professor como aquele que, “bonzinho” facilita a aprovação do aluno porque está sob pressão e precisa reforçar os números de uma realidade que falseia a educação. Ora, ao contrário dessa conjuntura, a educação é um conjunto de ações de caráter gnosiológico, político e ético em que os atores desse processo são convidados a aguçar sua curiosidade epistemológica e seu compromisso em cuidar do mundo. O não despertar dessa condição é a vitória de um projeto neoliberal de educação há muitos anos em curso no Brasil.

Esse modelo de educação defendido pelos reformadores empresariais (*corporate reforms*) em meados de 1980 nos Estados Unidos e cada vez mais acolhido no Brasil, é pautado em uma racionalidade técnica baseada na pedagogia das competências e em um sistema de recompensas e sanções em que as soluções para as demandas concernentes à educação diminuem a responsabilidade do Estado, desmoraliza os profissionais da educação, fragiliza a ciência e opera a partir de uma proposta política neoliberal em que a educação como prática

da liberdade não faz qualquer sentido, uma vez que o frenesi do lucro, da meritocracia e da privatização são os eixos estruturantes desse modelo, importando mesmo os “talentos”, os grandes *ranks* e as estatísticas dos melhores desempenhos e performances, mesmo que às custas da exclusão de um contingente enorme de estudantes que ficam fora dessa panaceia educacional. Como alerta Christian Laval e Francis Vergne, na obra *Educação democrática: a revolução escolar iminente*.

É preciso romper de forma radical com qualquer propaganda oficial que nos queira convencer de que a igualdade perante a educação e os saberes já é uma realidade, quando todos os fatos mostram que as desigualdades de classe e as discriminações étnicas estão fragmentando cada vez mais o sistema educacional (Laval; Vergne, 2023, p. 74).

No Brasil, o modelo de educação neoliberal é ainda mais estimulado porque temos uma legislação educacional desde os anos 90 e, hodiernamente, coroada com aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio que legitimam e reforçam uma educação neoliberal cuja aposta está situada na “pedagogia das competências”, em metodologias ativas, no modelo de ensino voltado para “projetos de vida”, na ênfase em uma “educação empreendedora e financeira”. Na contramão desse projeto “o desafio para a escola é, portanto, fazer com que os jovens valorizem o saber por ele mesmo, ou seja, ultrapassem o ponto de vista exclusivamente utilitário dos estudos que só lhes serviriam para ter um bom emprego” (Laval; Vergne, 2023, p. 74).

O modelo neoliberal de educação vigente não se coaduna com uma educação e um ensino de filosofia em que a justiça social e epistemologias dissidentes e decoloniais são sua estrela polar exatamente porque a escola é um lugar, por excelência, onde a pluralidade humana e de pensamentos se manifestam. Não sem propósito, que Hannah Arendt defende, na obra *A condição Humana* que a pluralidade é condição de toda a vida na Terra, e sem ela não teríamos um mundo comum: “Quem habita este planeta não é o Homem, mas os homens. A pluralidade é a lei da Terra” (Arendt, 2010, p. 35).

Essa pluralidade encontra-se nos modos de ser e viver dos estudantes, nas falas, nos desejos e ímpetos das alunas e dos alunos, na organização do trabalho didático e planejamentos de aulas, nas dificuldades de aprendizagem vinculadas às opressões de raça, gênero, classe, sexualidade, território, que acompanham a existência de cada estudante e docentes inseridos no processo educativo; no não lugar da e do professor em sala de aula que se manifesta na desvalorização do trabalho docente e na ausência de estrutura adequada para a realização do seu trabalho; na dificuldade de ensinar, em razão das salas com superlotação. Essa conjuntura torna o ato de ensinar extenuante, provocando adoecimento psíquico de docentes e discentes.

Diante das desigualdades sociais, econômicas e das discriminações raciais, de gênero, de classe e de território que, de modo geral, constituem a teia de relações dos estudantes da rede pública de ensino, o discurso com o qual chegam em sala de aula é o de que precisam estudar para conseguir um “bom” emprego, para ajudar a família, ou para sair de casa, uma vez que muitos dos lares dos estudantes é permeado pela violência e a escassez de recursos para uma vida plena. Por isso, a resistência e dificuldade em realizar leituras, em se engajarem nas discussões filosóficas, em tornarem-se protagonistas do processo de ensino-aprendizagem. Há uma animosidade que repercute e ameaça o ensino de filosofia, pois diante da promessa de empregabilidade neoliberal, qualquer esforço, deve ser dirigido para conteúdos de outras disciplinas, consideradas úteis, e por isso mesmo com uma carga maior no currículo. Para combater essa realidade, nada como nos lembrar do alerta de Gilles Deluze que consta no livro *Nietzsche e a Filosofia*.

Quando alguém pergunta para que serve a filosofia, a resposta deve ser agressiva, visto que a pergunta pretende-se irônica e mordaz. A filosofia não serve nem ao Estado, nem à Igreja, que têm outras preocupações. Não serve a nenhum poder estabelecido. A filosofia serve para entristecer. Uma filosofia que não entristece a ninguém e não contraria ninguém, não é uma filosofia. A filosofia serve para prejudicar a tolice, faz da tolice algo de vergonhoso. Não tem outra serventia a não ser a seguinte: denunciar a baixeza do pensamento sob todas as suas formas (Deleuze, 1976, p. 87).

Esse desdém com o ensino de filosofia é um projeto rigorosamente planejado por gestores neoliberais que, sabedores do impacto que a filosofia pode provocar quando as condições para seu ensino são garantidas, usam de todo arsenal (legislação e programas oficiais de cunho utilitário, corte em investimentos, publicidade falseadora da realidade, controle de subjetividades) para mortificá-la.

Quando professoras e professores de filosofia fazem do pensamento sua arma contra a animosidade que impera na educação, contra os interesses dominantes do neoliberalismo, contra as estruturas que ocultam as verdades da educação, contra todo acordo bestial e infantil que implica na imoralidade do exercício filosófico, a opção foi, certamente, a de construir um ensino que aposte na educação como prática da liberdade. É claro que essa escolha, que é uma escola ética, não é fácil de se vivenciar no chão da escola, pois a luta contra as estruturas antidemocráticas que permeiam a educação, gera cansaço, revolta, esmorecimento e adoecimento. Exatamente porque o objetivo da educação neoliberal é golpear toda esperança e o sonho de construção de uma educação democrática. Sobre a função da filosofia e dos professores de filosofia, vale lembrarmos do alerta de Alejandro Cerletti, em seu livro *O ensino de filosofia como problema filosófico*.

A função da filosofia na escola tampouco seria a de dar ferramentas aos jovens para adaptarem-se ao mundo de hoje, mas antes mostrar diversos recursos teóricos que possam ser utilizados para pensá-los e eventualmente transformá-los. A filosofia é fundamental para formar sujeitos críticos capazes de questionar a validade de uma argumentação, a legitimidade de um fato ou a aparente inquestionabilidade do que é dado (Cerletti, 2009, p. 74).

Entre os recursos teóricos que as professoras e os professores podem lançar mão para provocar nos estudantes um convite para se envolverem em um processo educativo que os instiguem à experiência de pensamento, destacam-se as filosofias pautado em epistemologias feministas, decoloniais e afro-indígenas, pois são epistemologias que ao denunciarem as injustiças epistêmicas são transformadoras da realidade. São epistemologias, que por sua força, conjugam o aspecto teórico, com um forte compromisso prático. Um compromisso que leva a uma atuação ético-política que resiste as opressões e discriminações de todo escopo.

O caminho, se quisermos vencer as agruras do neoliberalismo, é instaurar uma outra racionalidade, baseada na solidariedade entre os povos, na justiça social, na qualidade e garantia da educação, no respeito a pluralidade humana, no acolhimento de todos os saberes e culturas, “temos que desenvolver uma capacidade coletiva que ponha a imaginação política para trabalhar a partir das experimentações e das lutas do presente” (Dardot; Laval, 2016, p. 9).

Considerações finais

Em contraponto, ao modelo de educação neoliberal em curso no Brasil, existe no interior da educação e da escola, forças políticas, com viés crítico, reflexivo e emancipatório que se articulam, nas mais variadas esferas, para constituir, via processo educacional, cidadãos e cidadãs ativas na esfera política. Isso mostra, como no ensina Cristian Laval que a escola e a educação neoliberais, embora uma forte tendência no mundo todo, não é uma realidade consumada. O projeto neoliberal de educação é recusado por professores, das mais diversas áreas, e pelos agentes das entidades da sociedade civil.

Na condição de professora de filosofia há mais de uma década, eu me recuso a aceitar a educação como mercadoria e a ser uma professora “boazinha”, que se adequa as ingerências do neoliberalismo. Todo meu esforço como educadora e filósofa, como ser humano ético e comprometida com uma educação emancipadora, é no sentido de que meu trabalho possa ser libertador e transformador para os estudantes.

Sabemos que o desprezo neoliberal pela filosofia não é fortuito. Ao contrário, é um projeto muito bem planejado e o objetivo é tornar os estudantes, especialmente os de classes econômicas menos favorecidas, pessoas dóceis, operários de trabalhos precários e incapazes de exercer o pensamento para amar e cuidar do mundo responsável e republicanamente, como defende Hannah Arendt.

Referências

- ARENKT, H. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo, revisão técnica de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- ARENKT, H. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: educação é a base – Ensino Médio*. 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versao-final_site.pdf. Acesso em: 06. nov. 2025.
- CERLETTI, A. *O Ensino de Filosofia como problema filosófico*. Tradução de Ingrid Müller Xavier. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Tradução de Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DELEUZE, G. *Nietzsche e a filosofia*. Tradução de Ruth Joffily e Edmundo Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1976.
- LAVAL, C. *A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público*. São Paulo: Boitempo. 2019.
- LAVAL, C.; VERGNE, F. *Educação democrática: a revolução escolar iminente*. Petrópolis: Vozes, 2023.

Sobre a autora

Elivanda de Oliveira Silva

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (2008), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (2012) e doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2019) e atualmente é Pós-doutoranda em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (2023). É integrante da Rede de Mulheres Filósofas da América Latina, vice-coordenadora do Núcleo de Pesquisa Hannah Arendt (UFPI), editora dos Cadernos Arendt e integrante do GT Filosofia Política Contemporânea da ANPOF. Foi professora de Filosofia no Departamento de Filosofia (2019-2021) e no Departamento de Fundamentos da Educação (2016-2017) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). É organizadora dos livros Hannah Arendt: pensamento, revolução e poder e A gramática da ação e a sintaxe do poder em Hannah Arendt. Realiza pesquisa na área de Ética e Filosofia Política, com ênfase no pensamento filosófico de Hannah Arendt, Angela Davis, Nancy Fraser e Michel Foucault, atuando nos seguintes temas: Política e Economia, Republicanismo, Democracia, Neoliberalismo e Filosofia da Educação.

Recebido em: 18/10/2025

Received in: 10/19/2025

Aprovado em: 19/11/2025

Approved in: 11/19/2025